

LILIANE LOPES GUEDES DE ALMEIDA

**ENTENDENDO O ESTRANGEIRISMO NA
INFORMÁTICA**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO LUÍS
NÚCLEO DE APOIO DE SÃO PAULO - SANTA CRUZ
JABOTICABAL – SP**

2009

LILIANE LOPES GUEDES DE ALMEIDA

**ENTENDENDO O ESTRANGEIRISMO NA
INFORMÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação São Luís, como exigência parcial para a conclusão do CURSO de Pós-Graduação Lato Sensu em Língua Portuguesa, Compreensão e Produção de Textos.

Orientador: Profa Ms. Suely Ap. Zeoula de Miranda

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO LUÍS
NÚCLEO DE APOIO DE SÃO PAULO - SANTA CRUZ
JABOTICABAL – SP**

2009

Dedico

ao meu filho Lucas e
ao meu esposo Carlos,
companheiros de todos
os momentos.

AGRADECIMENTOS

Aos meus amigos, por colaborarem com minhas pesquisas e se manterem sempre presentes.

Aos colegas de curso de pós-graduação, pela agradável companhia e convivência durante nossas aulas.

Aos nossos professores, pela dedicação e disponibilidade nos momentos de orientação e esclarecimento de dúvidas.

Não há língua que permaneça uniforme. TODAS AS LÍNGUAS MUDAM. Esta é uma das poucas verdades indiscutíveis em relação à língua, sobre a qual não pode haver nenhuma dúvida.

(POSSENTI)

RESUMO

O presente trabalho concentrou-se na pesquisa e reflexão sobre o estrangeirismo e sua influência na língua português do Brasil. Inicialmente, colocaram-se alguns conceitos de estrangeirismo e outros fenômenos a ele ligado e as origens possíveis, bem como exemplos para cada tipo de estrangeirismo. Em seguida, apresentou-se um breve histórico das mudanças já sofridas por ele desde então. Falou-se também do tupi e do idioma africano, apresentando-se exemplos vocabulares. Posteriormente, apresentou-se o significado de empréstimo e de elementos ligados a ele e de neocolonialismo, tudo devidamente exemplificado. Finalmente, expuseram-se exemplos de estrangeirismos na informática, bem como um comentário sobre a inclusão das consoantes w, y, k no alfabeto português. Nas considerações finais, deixou-se claro que a conscientização sobre o uso adequado do estrangeirismo é o caminho e não a proibição.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1.CONCEITO DE ESTRANGEIRISMO E AS ORIGENS POSSÍVEIS.....	8
2.SIGNIFICADO DE EMPRÉSTIMO E NEOCOLONIALISMO.....	24
3.EXEMPLOS DE ESTRANGEIRISMOS NA INFORMÁTICA.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	51

INTRODUÇÃO

A língua é o instrumento de comunicação com mais vida e dinamismo dentre os demais veículos existentes, quer seja verbal ou escrita. Por essa razão, vive em permanente evolução através de mudanças, influências políticas, sociais, religiosas, tecnológicas, ambientais e lingüísticas propriamente dito. Sendo assim, esta pesquisa concentrar-se-á num dos mais influentes fenômenos lingüísticos ocorridos em um idioma: o estrangeirismo. Sabe-se que este não acontece apenas na língua portuguesa, porém, em se tratando de um trabalho concebido por uma concludente de pós-graduação em português, é certo que se aprofunde uma pesquisa sobre essa influência no idioma pátrio do Brasil.

A língua portuguesa, desde os seus primórdios, sofre influências e recebe empréstimos de vários idiomas. Contudo o inglês é, sem dúvida, o que mais possui termos e expressões infiltrados na linguagem cotidiana do brasileiro. No campo da informática, a língua inglesa domina, notadamente, tanto a comunicação entre usuários da Internet, como o vocabulário técnico em geral.

Visto que o inglês é o idioma, ainda, mais falado em todo o mundo, este trabalho tem como natureza sua forte ocorrência no português do Brasil e também na informática sob a forma de estrangeirismo.

Um dos objetivos desta pesquisa é fazer uma reflexão sobre a interferência de outros idiomas na língua portuguesa, principalmente o inglês. A

presença de frases, expressões e palavras estrangeiras no português do Brasil é uma consequência ou uma causa, isto é, ocorre em função do processo de empréstimo ou por ocorrência do neologismo? Outro objetivo, ainda dentro deste primeiro, é tentar encontrar resposta para essa dúvida.

Objetiva-se também debater a teoria de que uma nação não precisaria recorrer a qualquer língua estrangeira, pois o idioma local deveria estar apto a suprir suas próprias necessidades de comunicação verbal, escrita ou, mais modernamente, virtual. Essa mesma teoria é também cabível na área da informática, visto que com sua evolução torna-se óbvio o surgimento de novas necessidades linguísticas, as quais o idioma pátrio deveria ter capacidade para suprir.

Finalmente, passando por breves históricos sobre a língua portuguesa e sua origem e sobre o estrangeirismo ligado ao neocolonialismo, pretende-se mostrar os benefícios e os prejuízos que esse fenômeno linguístico pode acarretar a um idioma, mais especificamente, ao português do Brasil.

A proposta deste trabalho com sua natureza e objetivos justifica-se primeiramente – como escrito antes – pela escolha do curso a ser concluído. Nada mais pertinente que discorrer sobre essa influência linguística cada dia mais presente na língua portuguesa.

Ainda justificando a escolha do tema, espera-se que esta pesquisa possa contribuir, ainda que de forma discreta, para que estudiosos e aprendizes do português do Brasil possam ensinar e aprender que o estrangeirismo não deve necessariamente ser proibido nem banido do idioma pátrio. Deve, sim, ser utilizado com parcimônia, a fim de contribuir com a língua portuguesa e não de descaracterizá-la.

1 CONCEITO DE ESTRANGEIRISMO E AS ORIGENS POSSÍVEIS.

O primeiro capítulo deste trabalho terá início com a apresentação de conceitos de estrangeirismos e suas possíveis origens, visando a uma melhor compreensão dos capítulos seguintes, bem como a uma ampliação de idéias sobre o tema proposto.

“**Estrangeirismos** – São os empréstimos vocabulares (v.) não integrados na língua nacional, revelando-se estrangeiros nos fonemas, na flexão e até na grafia, ou os vocábulos nacionais empregados com a significação dos vocábulos estrangeiros de forma semelhante. Na língua portuguesa os estrangeirismos mais freqüentes são hoje galicismos (v.) e anglicismos (v.). O vocábulo estrangeiro, quando é sentido como necessário, ou pelo menos útil, tende a adaptar-se à fonologia e à morfologia da língua nacional, o que para nossa língua vem a ser o aportuguesamento (v.). Em referência às construções sintáticas, a diferença entre estrangeirismos e empréstimos é imprecisa e está, apenas, em maior ou menor sensação de naturalidade”.

“**Galicismos** – De maneira geral, tudo que aparece em português por influência da língua francesa. (...)Os principais tipos de galicismos são – 1) vocabulares; 2) sintáticos, os vocabulares são: a) palavras francesas; exs.: *toilette, chauffeur, menu*; b) palavras portuguesas com uma raiz francesa; ex.: *feérico* (cf. fr. *feé* “fada”); c) palavras portuguesas com a significação correspondente a palavras francesas paralelas; exs.: *aperceber* no sentido de “avistar”, *esquisito* no sentido de “superfino”. (...) A disciplina gramatical, atualmente,

desistiu de um combate violento contra os galicismos mas procura apressar e sistematizar a tendência para o aportuguesamento (v.) na pronúncia e na grafia (exs.: *chofer, mantô, marrom*). Ao galicismos sintáticos são também freqüentes. Alguns estão radicados como construções frasais do português moderno em contraste com as construções do português clássico (cf. Ribeiro, 1938, 99). Assim, temos os empregos: 1) *sobre* no sentido de "acerca de" (*ensaio sobre a escravidão*); 2) *a* em adjuntos preposicionados para indicar o princípio ativo de uma máquina (*fogão a gás*) e *por* para o objeto de um sentimento (*entusiasmo por Napoleão*); *de que* como adjunto de um nome seguinte mas dele distante, em vez de *cujo* em contato e concordância, como adjetivo, com esse nome (*matéria de que tenho conhecimento*). (...)."

“Anglicismos – Qualquer fato da língua inglesa que aparece no português falado ou escrito. Os anglicismos são principalmente de ordem – a) sintática, b) lexical. Como anglicismos sintáticos têm: 1) a antecipação de um adjunto adjetivo ao seu substantivo, sem o intuito que essa colocação (v.) tem em português, mas com valor com valor descritivo (quando em português é normal a posposição do adjetivo) como nos nomes de hotel (ex. : *Majestoso Hotel*); 2) o emprego de um substantivo com função de adjetivo porque anteposto assim (ex.: *Rio Hotel*); 3) o emprego de uma preposição, como *com*, isolada do nome a que rege (ex.: *capas com e sem forro*) ou até como *contra*, em fim de frase (ex.: *eu sou pelo povo e tu és contra*). Os anglicismos lexicais, ou anglicismos “stricto sensu”, são – a) formais (exs.: *sport, tank, week-end*), b) semânticos (ex.: *realizar* “comprender”, *assumir* “supor”). V. estrangeirismos; aportuguesamento”.

“Aportuguesamento – Fenômeno que consiste em adaptar, fonológica e morfológicamente, os estrangeirismos lexicais (v.) ao português. Ex.: *bife* (ingl. *beef*, com /iy/ e /f/ implosivo), *confete* (it. *confetti*, com /t/

geminado e morfológicamente plural de *confetto*). O aportuguesamento integral atinge também a grafia, como em bife etc.; mas mesmo com a grafia estrangeira pode dar-se o aportuguesamento fonológico pela mudança de leitura – a) francamente, b) sub-repticiamente. Assim: a) *esquimau* /iskimáu/, ao lado de – *esquimó*; *toilette*, em que o grupo –oi- não é o ditongo crescente francês /wá/, mas um grupo vocálico à portuguesa /ua/.” (CAMARA JR., 2007)

Apesar de este trabalho pretender enfatizar o estrangeirismo advindo da língua inglesa, ou seja, o anglicismo, convém que se coloquem outras adoções presentes na língua portuguesa, cada qual acompanhada de pelo menos um exemplo:

Italianismo (*pizza*);

Espanholismo (*guitarra*);

Anglicismo (*futebol*);

Germanismo (*chope*);

Eslavismo (*gravata*);

Arabismo (*bazar*);

Hebraísmo (*amém*);

Grecismo (*olímpico*);

Latinismo (*currículo*);

Tupinismo (*peteca*);

Americanismo (*chocolate*);

Orientalismo (*chá*);

Africanismo (*samba*).

(UOL, 2010)

Antes do início de qualquer debate a respeito de estrangeirismo, é pertinente um breve histórico sobre o surgimento da língua portuguesa e as influências que esse fenômeno linguístico já trouxe e continua trazendo à mesma desde então. Cabe

também, em seguida, uma reflexão sobre a possível primeira língua falada no Brasil, ou seja, o dialeto tupi.

Segundo a história, não se pode separar o surgimento da língua portuguesa do processo de constituição de Portugal.

Antigamente, no Lácio, região central da atual Itália, falava-se o latim com duas modalidades: o latim vulgar, somente falado. Era a língua do cotidiano usada pelos analfabetos que eram os soldados, os marinheiros, os artífices, os agricultores, os barbeiros, os escravos, etc. Tratava-se de uma língua autônoma, pois não possuía regra alguma - nem sintaxe, nem morfologia – e como um idioma coloquial, vivia sujeito a modificações constantes. O latim clássico, outra modalidade, era falado e escrito. Possuía recursos apurados, era artificial e rígido, servindo como instrumento literário para grandes poetas, prosadores, filósofos, etc.

O Império Romano conquistou muitos povos que falavam línguas diferentes, por isso, o latim vulgar – imposto aos povos vencidos – sofreu alterações distintas resultando no aparecimento de línguas neolatinas diversas.

A dominação dos romanos, não só territorial como também cultural, fez com que novas palavras e expressões fossem acrescentadas ao latim. Embora eles desejassem evitar a dialeção do mesmo, isso tornara-se impossível, principalmente depois da invasão dos povos bárbaros germânicos no século V. Por sua pouca cultura, aqueles aceitaram o latim falado por estes de forma diferente, pois foram trazidos novos vocábulos para o idioma.

Com a queda do Império Romano, a nobreza desbancada e as escolas fechadas, o latim teve a oportunidade de ficar livre para passar por modificações. As invasões continuaram. No século VII, vieram os árabes, mas sua influência linguística foi limitada. Embora possuíssem uma cultura muito desenvolvida, contudo diferente da cultura local, os árabes sofreram resistência, visto que o processo de romanização foi muito intenso.

Os cristãos do norte travaram a Cruzada, guerra organizada pela Reconquista, movimento de expulsão dos árabes, entre os séculos XI e XV, quando estes ficaram

definitivamente fora da península. Muitos nobres participaram da Cruzada ajudando D.Afonso VII, rei de Leão e Castela. Dentre eles, D. Henrique, conde de Borgonha que, por serviços prestados, recebeu como recompensa a mão da filha do rei e o Condado Portucalense como dote. D. Henrique continuou a luta conquistando novos territórios para o seu condado. Seu filho, D.Afonso Henriques, fundou a nação Portuguesa, hoje Portugal, tornada independente em 1143.

Inicialmente falava-se o galego – português na parte ocidental. Com o passar do tempo, passou-se a falar o português no sul e o galego no norte.

Finalmente o rei D. Diniz obrigou por decreto o uso oficial da Língua Portuguesa em 1290 com a fundação da Escola de Direitos Gerais. (TEYSSIER, 2007)

Além desse breve histórico sobre o surgimento da língua portuguesa, convém ater-se mais especificamente ao português do Brasil. Para tanto, esta pesquisa houve por bem valer-se de resumos adaptados do Teyssier, traduzido por Celso Cunha.

1.1 O período colonial até a chegada de D. João VI (1808)

Quando os portugueses se instalaram no Brasil, o país era, povoado de índios. Importaram, depois, da África grande número de escravos. O português europeu, o índio e o negro constituem, durante o período colonial, as três bases da população brasileira. Mas no que se refere à cultura, a contribuição do português foi de longe a mais importante.”

O mesmo autor escreve em outro trecho:

“No período de que estamos tratando a situação linguística do Brasil pode ser assim resumida. Os “colonos” de origem portuguesa falam o português europeu, mas evidentemente com traços específicos que se acentuam no decorrer do tempo. As populações de origem indígena, africana ou mestiça aprendem o português, mas manejam-no de uma forma imperfeita. Ao lado do português existe a *língua geral*, que é o tupi, principal língua indígena das regiões costeiras, mas um tupi simplificado, gramaticalizado pelos jesuítas e, destarte, tornado uma língua comum. Enfim, muitos

povos indígenas conservam os seus idiomas particulares, que se denominam *línguas travadas*.

Durante muito tempo o português e o tupi viveram lado a lado como línguas de comunicação. Era o tupi que utilizavam os bandeirantes nas suas expedições. Em 1694, dizia Padre António Vieira que “as famílias dos portugueses e índios em São Paulo estão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender à escola”. Na segunda metade do século XVIII, porém, a língua geral entra em decadência. Várias razões contribuem para isso, entre as quais a chegada de numerosos imigrantes portugueses seduzidos pela descoberta das minas de ouro e diamantes e o Diretório criado pelo Marquês de Pombal em 3 de maio de 1757, cujas decisões, aplicadas primeiro ao Pará e ao Maranhão, se estenderam, em 17 de agosto de 1758, a todo o Brasil. Por elas proibiu-se o uso da língua geral e obrigava-se oficialmente o da língua portuguesa. A expulsão dos jesuítas, em 1759, afastava da colônia os principais protetores da língua geral. Cinqüenta anos mais tarde o português eliminaria definitivamente esta última como língua comum, restando dela apenas um certo número de palavras integradas no vocabulário português local e muitos topônimos.

É também no decorrer do século XVIII que se documentam as primeiras alusões aos traços específicos que caracterizam o português falado no Brasil. D. Jerônimo Contador de Argote fala dos dialetos ultramarinos “como Índia, Brasil, etc.”, que, segundo ele, se particularizam pelo uso de um certo vocabulário exótico ou arcaico. Em 1767, Frei Luís do Monte Carmelo (*Compendio de Orthographia*) assinala pela primeira vez que traço fonético dos brasileiros, que é o de não fazerem distinção entre as pretônicas abertas (ex.: *pàdeiro, pregar, corar*) e as fechadas (ex.: *cadeira, pregar, morar*) . Jerônimo Soares Barbosa (*Grammatica Philosophica*, 1822) salienta o mesmo fato e acrescenta que “os brasileiros dizem *minino* (por *menino*), *mi deu* (por *me deu*); que não chamam os –s implosivos (*mistério, fasto, livros novos*)”

Na mesma obra, Teyssier (2007) chega aos dias atuais da língua portuguesa do Brasil escrevendo no seguinte fragmento:

1.2 - O Brasil independente (desde 1822)

Independente em 1822, o Brasil vai, naturalmente, valorizar tudo o que o distingue da antiga metrópole, particularmente as suas raízes índias. Deixar-se-á influenciar pela cultura da França e acolherá também imigrantes europeus de nacionalidade diversa da portuguesa. Alemães e italianos chegam em grande número, principalmente italianos. Como o tráfico de negros cessou por volta de 1850, e como os índios se diluíram na grande mestiçagem brasileira, essas vindas maciças de imigrantes europeus (sobretudo durante o período de 1870 – 1950) têm contribuído para “branquear” o Brasil contemporâneo. Em duas gerações, os nossos habitantes aculturam-se e fundem-se na sociedade brasileira.

Ao mesmo tempo, o pólo de desenvolvimento desloca-se para o Centro-Sul. Finalmente, a urbanização e a industrialização transformam inteiramente a aparência do país. Com a explosão demográfica e crescimento econômico, o antigo Brasil rural transformou-se, nos nossos dias, num “subcontinente”, onde zonas desenvolvidas de civilização urbana. É nas vastas megalópoles de São Paulo (7 milhões de habitantes) e do Rio de Janeiro (5 milhões de habitantes). Assim como nas outras cinco cidades de mais de um milhão de habitantes (Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Fortaleza), que se elabora, nos dias de hoje, a forma particular de português que é a língua do Brasil.” (TEYSSIER, 2007)

Consta, na maioria das literaturas, que a língua falada antes de os portugueses terem chegado ao Brasil era o idioma tupi. Como já relatado num dos trechos de Teyssier, essa era a língua geral falada até por volta da segunda metade do século XVIII e, segundo o Dicionário Completo da Língua Portuguesa, p.944, o idioma tupi ainda hoje é falado no Amazonas sob a denominação de nheengatu. De acordo com o grande Dicionário da Língua Portuguesa Larousse Cultural, p. 893, o tupi é um tronco lingüístico da família Tupi-Guarani. Na mesma página do mesmo dicionário, consta ainda a definição de tupinismo como sendo: “Traços lingüísticos apresentados pelo português do Brasil decorrentes de empréstimos do tupi e que serviram de base para a chamada língua geral.” Já o dicionário da Wikipédia define o tupi, entre outras coisas como *língua extinta*.

“Tupi é uma *língua extinta*, originária do povo *tupinambá*, que teve sua gramática estudada pelos *jesuítas*, e que deu origem a dois dialetos, hoje considerados línguas independentes: a *língua geral paulista*, e o *nheengatu* (língua geral amazônica)”.

Apesar de definir o tupi como língua extinta, o mesmo dicionário informa sobre o *nheengatu*:

“Esta última ainda é falada até hoje na *Amazônia*.(...). A língua tupi é *aglutinante*, não possui artigos (assim como o *latim*) e não flexiona em gênero nem em número.” (WIKIPEDIA, 2010)

Ainda que Teysier (2007, p. 94) afirme que “..., no que se refere à cultura, a contribuição do português foi de longe a mais importante.” ele demonstra no mesmo livro como o legado lingüístico tupi foi e é importante para a língua portuguesa do Brasil, visto que as palavras citadas como exemplos fazem parte até hoje do cotidiano do brasileiro.

“A) Vocabulário de origem tupi

É do tupi que provêm as palavras *capim*, *cupim*, *mingau*, *guri*, *caatinga*, *curumim* ou *culumim*, *cunha*, *moqueca*. O vocabulário da flora brasileira de origem tupi é considerável. Ex.: *abacaxi*, *buriti*, *carnaúba*, *mandacaru*, *mandioca*, *sapé*, *taquara*, uma série de nomes de árvores como *peroba*, *canjarana*, *caroba*, *imbuia*, *jacarandá*, *araticum*, *ipê*, *cipó*, e nomes de frutas como *pitanga*, *maracujá*, *jaboticaba*, *caju*. A mesma riqueza vocabular nota-se com relação à fauna do país; ex.: *capivara*, *quati*, *tatu*, *sagüi*; a maioria das serpentes, desde a inocente *caninana* até a terrível *sucuñi*; a maior parte dos peixes, desde o *acará* até a carnívora *piranha*; a maior parte dos pássaros, da *araponga* ao sinistro *urubu*, passando pelo *curiango* e o *curió*, sem esquecer o harmonioso *sabiá*. O tupi legou ainda ao Brasil essas personagens espectrais e inquietantes chamados *saci* e *caipora*. Palavras de origem tupi entram em locuções familiares; ex.: *andar na pindaíba*, *estar de tocaia*, *cair na arataca*. É por todo esse vocabulário tipicamente brasileiro, assim como pela toponímia (ex.:

Aracaju, Guanabara, Carioca, Tijuca), que a velha língua geral como que sobrevive.” (TEYSSIER, 2007)

No livro *África-Brasil: Caminhos da língua portuguesa*, organizado por três autores que serão citados posteriormente, a autora Yeda Pessoa de Castro inicia sua reflexão com o seguinte título: “O português do Brasil, uma intromissão nessa história.” Antes do início do texto propriamente dito, Yeda faz a seguinte colocação:

“Não podemos ignorar o fato de que o português foi imposto de qualquer maneira como segunda língua a uma população majoritária de falantes africanos por três séculos consecutivos e o Brasil, hoje, possui a maior população afro-descendente concentrada fora do continente africano.”

Nessa linha de pensamento, a mesma autora coloca em outro fragmento:

“Depois de quatro séculos de contato direto e permanente de falantes africanos com a língua portuguesa no Brasil, imposta como segunda língua e adquirida de qualquer maneira, as línguas africanas então faladas terminaram por ser incorporadas, imantadas pelo português graças às semelhantes estruturais, por um lado, entre elas mesmas e, por outro, delas com o português antigo e regional. Destacaram-se nesse processo de interação lingüística e cultural as línguas do grupo banto, também em seu aspecto arcaizante, em razão da antiguidade e superioridade numérica dos seus falantes e da dimensão alcançada pela sua distribuição humana em território brasileiro sob regime colonial e escravista.

Essa proximidade relativa precipitou a deriva interna da língua portuguesa e proporcionou, entre outras coisas, a continuidade do tipo prosódico da base vocálica do português antigo na modalidade brasileira, afastando-a do português de Portugal de pronúncia muito consonantal.”

Mais adiante, Castro termina seu texto, a cujo final ela dá o título: “Uma intromissão necessária”, assim:

“Finalmente, tentamos resumir quatro séculos de história ainda não devidamente contada sobre as origens do português brasileiro, retomando o desafio

de dar visibilidade e voz aos falantes negro-africanos como partícipes que foram da construção da língua portuguesa no Brasil. Em outros termos, isso significa dizer que estamos a redescobrir uma verdade que tem sido, encoberta por razões históricas e epistemológicas, ou seja, o português brasileiro descende de três famílias lingüísticas: a família indo-européia, que se difundiu entre a Europa e a Ásia; a família das línguas tupi, que se espalha pela América do Sul, e, por fim, a família níger-congo, que teve origem na África subsaariana e se expandiu por grande parte desse continente. Conseqüentemente, povos indígenas e povos negros, ambos marcaram profundamente a cultura do colonizador português que se estabeleceu no Brasil, dando origem a uma nova variação da língua portuguesa-brasileira, mestiça.” (GALVES, GAMES e ROSA RIBEIRO, 2009)

Lendo atentamente os fragmentos , tanto de Paul Teyssier como de Yeda Pessoa de Castro, entende-se que o português do Brasil estabeleceu-se como língua nacional oficial depois de adquirir inúmeros empréstimos, quer da língua indígena, já falada antes dos portugueses aqui, quer da língua africana trazida para cá com a chegada dos povos negros escravos.

No trecho em que Teyssier apresenta exemplos de vocábulos de origem indígena, presentes em diversas nomenclaturas utilizadas no Brasil, percebe-se a grande importância desses empréstimos tupi. Se assim não fosse, essas palavras não haveriam se perpetuado no idioma português do Brasil. O mesmo ocorre com relação às palavras de origem africana que, como as de origem tupi, permanecem até hoje na fala e na escrita do brasileiro. A diferença, porém, entre os dois casos está na maneira como os vocábulos africanos entraram para a língua portuguesa. Para elucidar essa diferença, esta pesquisa recorre mais uma vez a um trecho do livro de Paul Teyssier.

“B) Vocabulário de origem africana

O vocabulário brasileiro de origem africana levanta problemas complexos. Certas palavras passaram diretamente da África a Portugal, sem transitar pelo Brasil, e foram, posteriormente, introduzidas no país pelos portugueses. É o caso de inhame, palavra africana que se encontra sob a forma espanhola de ñame no

Diário de Cristóvão Colombo (1492) e sob a forma portuguesa na carta em que Pêro Vaz de Caminha, em 1500, dá notícia do descobrimento do Brasil ao rei D. Manuel. Se nos ativermos ao vocabulário indubitavelmente introduzido pelos escravos transportados ao Brasil, verificaremos que ele é de origem diversa. Com efeito, os escravos pertenciam às mais variadas etnias. Entretanto, duas línguas africanas tiveram um papel particularmente importante no Brasil : o *ioruba* (falado atualmente na Nigéria) e o *quimbundo* (falado em Angola). O ioruba está na base de um vocabulário próprio da Bahia, relativo às cerimônias do candomblé (por ex. : *orixá*) ou à cozinha afro-brasileira (ex. : *vatapá, abará, acará, acarajé*). O quimbundo legou ao Brasil um vocabulário mais geral, quase sempre integrado à língua comum (ex. : *caçula, cafuné, molambo, moleque*). Muitas vezes esse vocabulário evoca o universo das plantações de cana-de-açúcar (ex.: *bangüê*), com os escravos, seu modo de vida e suas danças (ex.: *senzala, mocambo, maxixe, samba*).

Finalmente, o vocabulário específico do português do Brasil é considerável. Ele encontra-se registrado e explicado em certos dicionários, e em particular no Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (Rio de Janeiro, 1975).” (TEYSSIER, 2007)

Percorrendo a história do surgimento da língua portuguesa, bem como da criação do português do Brasil, constata-se por quantas transformações e adaptações o idioma pátrio passou até ter se tornado a língua oficial de Portugal e, posteriormente do Brasil. Em Portugal, desde o latim ao galego-português e, finalmente, chegando à língua portuguesa, todos os idiomas envolvidos nesse processo foram se mesclando através de seus povos. Cada um destes, cada qual com seu dialeto, contribuiu, quer de maneira direta ou indireta, voluntária ou não, acrescentando novos vocábulos às línguas emergentes das conquistas de novos territórios. Desse modo, criaram-se todas as línguas do mundo e, conseqüentemente, surgiu a necessidade de interagir e comunicar-se através de diferentes formas de linguagem. No Brasil, também houve essa necessidade entre os povos indígenas, africanos e europeus, principalmente no início com a mestiçagem e, mais adiante, com a chegada cada vez maior de novos imigrantes do mundo todo.

Cada nação tem sua língua oficial, com suas regras gramaticais e linguísticas. As diversas camadas sociais estilizam as variedades lingüísticas de que uma língua dispõe adotando, cada qual, seu grau de formalismo. Condições sociais, culturais, políticas, religiosas, tecnológicas e econômicas são fatores determinantes para a adoção de tal grau. Dentro de uma sociedade, formam-se comunidades que se utilizam de recursos lingüísticos que se adequem aos interesses e objetivos comuns aos seus integrantes.

Talvez esse seja um dos fatores, dentre tantos, que fez, e faz, com que o estrangeirismo se estabeleça cada vez mais frequentemente na língua portuguesa. Repetindo para que fique bem claro, o próprio português europeu quando chegou a terras brasileiras trouxe já com seus falantes estrangeirismos dos diversos territórios conquistados ao longo da história. Este é o primeiro motivo, dentre outros, que impede a extinção do uso de estrangeirismos na língua portuguesa. Desde a época da chegada dos portugueses ao solo brasileiro, a língua portuguesa trazida por eles recebeu empréstimos do tupi. Os indígenas, por sua vez, adquiriram do português vocábulos novos. Depois de um tempo, foi a vez dos negros africanos chegarem ao país emprestando termos de seu idioma ao português. Os três povos então passaram a se comunicar interagindo por meio de seus dialetos e assim ocorre até os dias de hoje com a permanente chegada de estrangeiros ao Brasil. Vale lembrar que aqui o fenômeno estrangeirismo originou-se primeiramente de um idioma que já era falado no país. Diferente do que ocorre atualmente, quando os usuários da língua pátria buscam trazer termos estrangeiros para a mesma, notadamente os advindos do inglês norte-americano.

Frente a tudo que foi exposto até agora, vê-se que os puristas a favor da erradicação total do estrangeirismo no português do Brasil travam uma luta inglória. Esses estudiosos devem, antes de pensar em proibição, refletir que quando a maioria deles começou seus estudos lingüísticos já se depararam, certamente, com os diversos estrangeirismos e empréstimos já presentes no falar e no escrever do brasileiro. Ainda que se tente criar leis para coibir esse fenômeno lingüístico, o combate total do mesmo nunca será viável, dado que a constante evolução da língua pede que esta se adapte a novos vocábulos advindos de outros idiomas e estes

também, com certeza, empreguem os empréstimos originários do português do Brasil como é o caso de Miami. Devido à existência cada vez maior de brasileiros, bem como de outros imigrantes latinos em seu território, cada dia mais fala-se português ali. Pessoas que lá visitam dão conta de que brasileiros adaptam palavras da língua inglesa ao seu cotidiano, aportuguesando-as para comunicarem-se com os norte-americanos e entre eles mesmos. Por exemplo, em lugar de dizer “Vou *estacionar* o carro.”, fala-se “Vou *parquiar* (ou *parkiar*) o carro.”, posto que estacionar em inglês é *to park*. Tanto estrangeirismos quanto empréstimos linguísticos são bem-vindos desde que sirvam para enriquecer a língua portuguesa. Há, porém, que se estar atento para não ocorrer a descaracterização do idioma, por isso os estudiosos de português devem transmitir aos seus aprendizes a ideia do bom senso na utilização de termos estrangeiros, quer na fala, quer na escrita. Convém que se aprenda, desde o ensino fundamental, a preferência pelo uso de palavras e expressões nacionais para expressar a maioria das mensagens que se quer transmitir, seja através da fala, da escrita e, mais recentemente, da comunicação virtual. Somente assim conseguir-se-á que a identidade do idioma pátrio seja preservada. Se desde a infância o vocabulário for enriquecido com aprendizado adequado do português, com prática da leitura de bons autores, de reportagens com bons textos, da audição de bons programas de rádio e músicas com letras bem elaboradas, audiência de filmes, peças teatrais e programas de televisão com qualidade, o português do Brasil será sempre o primeiro idioma do brasileiro e não uma segunda opção como vem ocorrendo em alguns setores. Com o verdadeiro conceito de língua pátria arraigado no povo que a utiliza, dificilmente vícios lingüísticos, como o estrangeirismo desenfreado, conseguirão infiltrar-se na língua portuguesa a ponto de atingir uma total descaracterização.

Um indivíduo linguisticamente amadurecido e consciente será capaz de utilizar termos estrangeiros como uma segunda opção, se não houver palavra portuguesa correspondente, para facilitar sua expressão no que tange, por exemplo, a uma linguagem técnica. Nesse caso, o uso do estrangeirismo ficaria restrito ao contexto tecnológico. Outro caso de uso de estrangeirismo, restrito ao meio diz respeito à linguagem jurídica, rica em vocábulos do latim. Nesse caso, o estrangeirismo perpetuou-se por uma questão de tradicionalismo, visto que o direito teve origem

romana. Sendo assim, houve-se por bem manter termos e expressões do idioma então utilizado em Roma.

Esses foram apenas alguns exemplos e sugestões de como lidar com o fenômeno do estrangeirismo, os quais já seriam suficientes para ilustrar o que se pretende com uma pesquisa desta natureza. Mas o jornalista do jornal do Brasil, Sérgio Nogueira, publicou recentemente um artigo veiculado pela internet sobre o uso das palavras estrangeiras. Baseado nessa publicação, este trabalho passa a demonstrar exemplos de utilizações cabíveis e de não adequadas do estrangeirismo.

Diz o autor sobre estrangeirismos inevitáveis :

“É lógico que existem estrangeirismos inevitáveis. *Software* e *marketing*, por exemplo, são palavras consagradas entre nós. Já tentamos traduzi-las e depois aportuná-las. Luta em vão. São palavras que todos nós usamos e até podemos, hoje, escrevê-las sem aspas”.

O mesmo autor cita no início de seu artigo uma atitude do Itamaraty que deveria ser tomada por outras autarquias para incentivar a defesa da língua portuguesa. O trecho diz:

“Em 2002, foi realizado o Seminário Agronegócio de Exportação. O Itamaraty, patrocinador do evento, exigiu o uso de agronegócio em vez de *agrobusiness*, que era o termo preferido pelos empresários do setor. Ponto para o Itamaraty. Sem querer ser purista, devemos defender a Língua Portuguesa.”

Segundo Nogueira, há traduções questionáveis ou “não pegam”. Uma por já estarem muito enraizadas no vocabulário nacional, outras por aparentar terem “mais peso” no seu próprio idioma em determinadas circunstâncias. Diz o fragmento:

“Há estrangeirismos cujas traduções são questionáveis ou “não pegam”. *Know how* e *impeachment* são exemplos disso. *Know how* seria “conhecimento ou tecnologia”, mas eu tenho certeza de que “quem vende *know how* cobra mais caro”. No caso do *impeachment* ocorre algo curioso. Na Constituição Brasileira, a palavra é impedimento. No *impeachment* do Collor, nós bem que tentamos usar o

impedimento. Mas não deu. Na época eu tive a sensação de que impedimento era pouco, o que se queria mesmo era *impeachment*. Parece brincadeira, mas não é. Há palavras estrangeiras cujas traduções não têm o “mesmo peso”.

Em outro trecho, Nogueira continua:

“Outro exemplo é *stress*. Eu prefiro *estresse*, por ser facilmente aportuguesado e, principalmente, para ser coerente com a forma derivada: *estressado*. Por outro lado, creio que o aportuguesamento de *show* é do tipo que “Não pega”, porque ficou preso à Xuxa, a “rainha dos baixinhos” e a “mãe do *xou*”. *Leiaute* é outro aportuguesamento que dificilmente será usado. A forma inglesa é “mais poderosa” (*lay-out*). *Feedback* é um exemplo curiosos. O aportuguesamento *fidebeque* ficou horrível e traduzi-la por “retroalimentação” é perigosíssimo na linguagem falada: alimentação por onde? Realimentação ou retorno são boas soluções.”

Sabe-se que o aportuguesamento existe como recurso lingüístico para adaptar fono e morfologicamente os estrangeirismos ao português, mas nem sempre acaba sendo uma solução adequada conforme exemplo acima e os que virão a seguir.

Nogueira escreve ainda:

“Outro problema difícil é o aportuguesamento. Há casos consagrados como futebol, abajur, espaguete, grife e outros mais. Entretanto, há os problemáticos: *xampu* ou *shampoo*? A forma *xampu* já é bastante usada quando nos referimos aos xampus em geral. Porém, nos rótulos dos *shampoos*, continua a forma estrangeira. Talvez os fabricantes temam que os brasileiros pensem que se trata de algum “xampu vagabundo”.

Ainda nesse artigo, Sérgio Nogueira refere-se à polêmica que certas palavras podem provocar quando são aportuguesadas.

“Algumas palavras suscitam polêmica, como é o caso de *deletar* e *acessar*, que, na minha opinião, são restritas à área de informática. É possível afirmar que o Presidente teve acesso à tribuna de honra, mas jamais afirmaria que ele acessou a tribuna de honra (o verbo *acessar* não tem o sentido genérico de “ter acesso”).

Há palavras que podem gerar equívocos semânticos quando não se esclarece o contexto no qual determinados termos estrangeiros estão inseridos. Nogueira fornece um bom exemplo disso no seguinte fragmento:

“Outra palavra muito em moda é *paper*. Além de mal traduzido, ainda está sendo usado num sentido muito amplo. Tudo virou *paper*. Quando me pedem um *paper*, nunca sei se é um relatório, um fax, uma carta ou uma proposta. Só falta o *paper* higiênico.”

Como se pôde observar, apenas em alguns fragmentos de uma única publicação de um mesmo autor, estão presentes casos em que o estrangeirismo pode ser prejudicial à língua portuguesa e outros em que o mesmo fenômeno lingüístico não apresenta riscos tão danosos assim. Como diz Sérgio Nogueira “sem querer ser purista,...” deve-se o máximo possível procurar ter equilíbrio e critério na utilização de estrangeirismos, dando preferência a vocábulos da própria língua. É pertinente o questionamento que o jornalista deixa a seus leitores: “Não há necessidade alguma de usarmos palavras como *startar* ou mesmo *estartar*. Por que não iniciar, começar ou principiar?”.

Nogueira termina seu artigo sintetizando de uma forma sensata como lidar com o estrangeirismo :

“Como você pôde observar, é muito difícil criar uma regra. Cada caso merece uma análise individual. Entretanto, uma regra podemos seguir : para qualquer novo estrangeirismo, primeiro devemos buscar uma palavra correspondente em português. E antes de usarmos a forma estrangeira, ainda devemos tentar o aportuguesamento. (PORTUGUES, 2010)

2 SIGNIFICADO DE EMPRÉSTIMO E NEOCOLONIALISMO

Este capítulo contém conceitos e reflexões sobre empréstimos lingüísticos e neocolonialismo, iniciando com o conceito e definição do primeiro item e de elementos a ele ligados.

“Empréstimo – “Ação de traços lingüísticos diversos dos do sistema tradicional” (Bloomfield, 1933, 444). O condicionamento social para os empréstimos é o contacto entre povos de línguas diferentes, o qual pode ser coincidência ou contigüidade geográfica, ou, à distância, por intercâmbio cultural em sentido lato. A coincidência ou contigüidade geográfica determina os empréstimos “íntimos” (Bloomfield) e a língua a que é feito o empréstimo constitui um substrato (v.), um superstrato (v.) ou um abstrato (v.). Os empréstimos à distância são “culturais” (Bloomfield). Os empréstimos , em princípio, de fonemas, de afixos flexionais, de afixos derivacionais, de vocábulos e de tipos frasais. Mas o de fonemas é esporádico, porque o que se dá em regra é uma substituição dos fonemas estranhos pelos fonemas nativos a que são assimilados (por exemplo, a laringeal árabe /x/ feita /f/, como em – *al-xajjât* > *alfaiate*, ou a labiovelar germânica /w/ feita /g/, como em *werra* > *guerra*, em português). O empréstimo de afixos derivacionais é, ao contrário, encontrado, como germ. –*ardo* (*felizardo*), –*engo* (*solarengo*, fr. –*agem*, –*erie*, feito –*eria*, ou –*aria*); e os afixos gregos, primeiro em latim depois em português, como nas demais línguas da

Europa moderna (v. helenismos). O empréstimo de tipos frasais é também encontrado, especialmente de uma língua escrita literária para outra; tem o nome particular de DECALQUE. Os empréstimos abundantes e francos são os de vocábulos ou “lexicais”, onde um radical estrangeiro se adapta à fonologia e à estrutura morfológica da língua importadora. Os empréstimos lexicais íntimos se distinguem dos culturais por cobrirem campos semânticos determinados (v. lexico), de maneira coerente; no português europeu são, ainda no período do romance lusitânico de origem ibérica (pré-romana), germânica e árabe; e, no português do Brasil, além dos de origem indígena e africana, os das mais variadas línguas dos colonos imigrantes. Os empréstimos culturais em português são, de maneira geral, de línguas do Oriente (em virtude da expansão ultramarina de Portugal) e de línguas da Europa, especialmente o francês (v. galicismos) e o inglês (v. anglicismos) e os da língua culta feitos ao latim clássico literário (v. eruditos) e ao grego antigo. O empréstimo cria um tipo de mudanças lingüísticas (v.) inteiramente diverso do que resulta da evolução (v.) O fato de um vocábulo português ser um empréstimo antigo a outra língua românica explica o tratamento excepcional dos fonemas em face dos fonemas latinos do étimo remoto. (v.); ex.: *caput* : port. *Chefe* (> fr. *Chef*, cf. port. *cabo*); lat. *fratre*:- port. *freire*, donde por próclise *-rei* (< prov. *fraire*, cf. port. *frade*). Esses empréstimos são uma das causas das chamadas formas divergentes (v.). Ao lado dos empréstimos, de língua a língua, ou “externos”, há que levar em conta os empréstimos internos, quando traços peculiares de um falar ou um dialeto (v. falares; dialetos) passam a outro falar ou dialeto ou se integram na língua comum (v.). Muitas aparentes divergências de uma lei fonética (v.) e muitas formas divergentes (v.), na língua comum, se explicam por empréstimo interno.”

“Substrato - Nome que se dá à língua de um povo que é abandonada e esquecida em proveito de outra que a ele se impõe, em regra como consequência de conquista política. O substrato persiste no léxico da nova língua, que se enriquece com um resíduo de palavras, especialmente topônimos (v.), e pode ainda aí introduzir traços morfológicos e fonéticos, estabelecendo-se assim uma modalidade “sui generis” de empréstimo lingüístico (v.). Assim, no léxico português, temos um pequeno substrato pré-romano em topônimos como *Coimbra, Lima* e em alguns nomes comuns, como *arroio, baía, cama, lousa*. Muitos lingüistas encaram a adoção de traços fonéticos de um substrato, não como um empréstimo no sentido rigoroso do termo, mas como a consequência ampla e inelutável de um imperativo fisiológico, porque o povo que adota a nova língua usa na sua fonação as articulações a que estava habituado na língua abandonada.

Essa teoria, porém, chamada por excelência “a teoria dos substratos”, é simplista e inexata em face da complexidade e do lento trabalho de substituição de língua (cf. Camara, 1959, 948s). Seria, por exemplo, temerário e gratuito atribuir a evolução fonética do romance lusitânico a substratos pré-romanos. Em relação ao português do Brasil, há que levar em conta substratos indígenas em áreas dialetais, sertão adentro, em que a colonização portuguesa se diluir numa população indígena, que passou a falar português. Mas o acervo de palavras indígenas na língua comum são tupinismos (v.) provenientes do uso do tupi na catequese e no processo de aculturação dos indígenas na época colonial, sob o aspecto de abstrato (v.) ao português. Pode ainda se falar num substrato africano, decorrente das levas de escravos negros trazidos para o Brasil na sua fase de colônia e dos seus primórdios como nação independente, aparentes nos africanismos (v.); aí o substrato fonético pode ser levado em conta em alguns fenômenos do

português popular do Brasil, como a iotização (v.), mas não houve qualquer empréstimo de fonema africano ou qualquer articulação especial para um fonema em virtude de peculiares hábitos articulatorios africanos.”

“Superstrato - Nome que se dá à língua de um povo conquistador, quando ele a abandona para adotar a língua do povo vencido. O superstrato persiste no léxico da língua adotada, que se enriquece com termos referentes a traços específicos da cultura do povo conquistador. As línguas germânicas no território da Romênia, com invasões bárbaras, constituíram superstratos do latim. Daí provém o apreciável acervo de GERMANISMOS nas línguas românicas, particularmente referente à arte da guerra e a certas instituições e costumes, como – *guerra, trégua, elmo, estribo, espora, feudo, garbo, galardão*; adjetivos como – *branco, morno, rico, ufano*; verbos como – *roubar, falar, brandir, agasalhar*, e, dignos de nota, os nomes de pontos cardeais que se substituíram aos termos latinos – *norte, sul, leste, oeste*. A morfologia desses termos é inteiramente latina, com a adaptação ao semantema germânico dos morfemas flexionais latinos (flexões averbais, flexão nominal de número etc); houve apenas a introdução de alguns sufixos derivacionais *-engou* ou *-engue (solarengo, perrengue)*, *-ardo (felizardo)*. Os traços fônicos germânicos também foram substituídos de acordo com o sistema fonológico românico (por exemplo, /w/ > /g/ em *guerra* etc).”

“Adstrato - Toda língua que vigora ao lado de outra, num território dado, e que nela interfere como manancial permanente de empréstimos (v.). Na história do português é particularmente importante o adstrato árabe, decorrente da ocupação moura da Península Ibérica, a partir do séc. VIII, ao lado do romanço (v.) dos MOÇÀRABES (v.) aljamia. É desse adstrato que provém a grande massa dos arabismos (v.) em português. No Brasil temos como adstratos do português línguas como o alemão, o italiano, o sírio, o japonês dos núcleos de

imigrantes dessas nacionalidades, em várias zonas, especialmente no sul do Brasil e no Amazonas, o NHEENGATU, que é um aspecto moderno do TUPI, ou língua indígena da costa brasileira, tal como o usaram, para fins de catequese; os missionários jesuítas em forma normalizada e disciplinada a que chamam LÍNGUA GERAL (v. norma; disciplina gramatical) Pode-se considerar, aliás, essa língua geral, ou tupi jesuítico, como um adstrato do português no período do Brasil colonial, determinando a maior parte dos tupinismos (v.). V. ainda substrato”.

“Eruditos - Vocábulos de proveniência latina introduzidos tardiamente na língua portuguesa por via erudita, isto é, através dos meios sociais cultos que sabiam latim contrastam com os populares (v.), porque: a) foram tirados do latim clássico (v.latim); b) não apresentam mudanças fonéticas (v.) em confronto com a forma originária. Houve apenas a adaptação da parte final aos modelos mórficos portugueses e uma ou outra alteração para evitar grupos anômalos de fonemas, em português. Exs.: *recuperare* > *recuperar*, *animu*-> *ânimo*, *palatiu* > *palácio*, *aedile*-> *edil*, *stilu*-> *estilo*. Notam-se no léxico português: a) muitos vocábulos eruditos ao lado de vocábulos populares da mesma origem; ex.: *recuperar*: *recobrar* (v. divergentes); b) muitos adjetivos eruditos, correspondendo a substantivos populares; ex.: *auro*: *áureo*, *neve*: *níveo*, *olho*: *ocular*; c) superlativos eruditos, derivados de adjetivos populares; ex.: *paupérrimo*: *pobre* (lat. *pouper*-); d) alguns participípios presentes (v.), eruditos para verbos populares; ex.: *proveniente* *provir* (lat. *provenire*).”

“Mudanças - As mudanças que com o correr do tempo se verificam numa língua e dela constituem a história (v.) interna, sob todos os aspectos possíveis. Também se dizem PERMUTAS ou CÂMBIOS.

Há, portanto: 1) mudança fonética, que não se deve confundir com o metaplasmo (v.); 2) mudança mórfica, de uma forma gramatical (v.);

3) mudança sintática, nas construções frasais; 4) mudança léxica, com substituição do vocábulo; 5) mudança semântica, na significação de um semantema, em dada palavra (v.) Exs.: 1) *fenestra* : *fresta*; 2) *die* : *dia*; 3) *credo esse...* : *credo quod est...*; 4) *domus* : *casa*; 5) *tenere* “segurar”: *tenere* “haver”(port. ter). O conjunto das mudanças de uma língua, excluídas as que provêm, por empréstimos (v.), da adoção de elementos de outra língua, recebe o nome de evolução (v.), que é permanente e inevitável, mas acelera ou retarda de acordo com condições políticas e sociais, que se encontram na história externa da língua. Na diacronia de uma língua (v.) certas mudanças fundamentais servem de referência para a divisão da história da língua em fases e para afinal se considerar uma fase, em cotejo com as anteriores, uma nova língua, como, por exemplo, o português, a partir do protoportuguês, em cotejo com o latim, até o romance lusitânico. Por outro lado, mudanças divergentes de uma língua, de região para região, num território dado, servem de referência para se dividir a língua em dialetos (v.) ou até para considerar a língua como cindida em várias línguas; assim, o romance lusitânico é uma divisão dialetal do romance da Península Ibérica, e, em seguida, o protoportuguês é uma nova língua em face de outras como o castelhano e o catalão, na mesma península, e, igualmente, resultantes de conjuntos de mudanças no latim”.

“Evolução - Conjunto de mudanças que sofre uma língua em sua história interna (v.). O nome foi adotado nos meados do séc. XIX, a exemplo das ciências naturais, onde “evolução” significa o crescimento gradual e paulatino de um organismo até atingir a plenitude. Muitos lingüistas rejeitam ou pelo menos evitam o termo, porque na língua não há a rigor um crescimento, mas apenas mudanças e, muito menos, a marcha para a plenitude. A ilusória impressão em contrário resulta de uma confusão entre o crescimento em certos aspectos da cultura

(técnicas, pensamento científico, atividade literária) com a língua que serve de veículo a essa cultura (v.). Apesar de tudo, o caráter paulatino e gradual das mudanças, num encadeamento estreito, é inegável para muitas mudanças na língua e por isso o uso do termo se justifica, despojada em lingüística a sua significação da noção de crescimento ou progresso. Neste sentido lingüístico, particular, a evolução se opõe ao empréstimo, que é uma mudança proveniente da adoção de elementos provenientes de outra língua distinta (v. empréstimos). Assim, em português, *abutre* é uma evolução do latim *vulture-*, mas *condor* é um empréstimo a uma língua indígena americana, e de *vulture-* para *abutre* há uma série de mudanças graduais e encadeadas (*vulture*, *bultre*, *buitre*, a (art.fem.) *buitre*, *abuitre*, *abutre*); em *condor* a mudança em português, foi a adoção do termo. A evolução, assim entendida é logo apreensível nas mudanças fonéticas, mas se estende a todo sistema na língua (cf. Camara, 195, 33). Em lugar do termo, Sapir lançou outro –DERIVA (ing. Drift), que assinala apenas o encadeamento das mudanças numa direção nítida (Sapir, 1954, 165).” (CAMARA JR, 2007)

A presente pesquisa considerou apropriado valer-se das citações integrais do “Pai da Linguística no Brasil”, Camara Jr. por nelas estarem contidos conceitos de EMPRÉSTIMOS e itens ligados ao mesmo, os quais vêm de encontro ao que se propõe este segundo capítulo.

Lendo o autor dissertar sobre “Evolução” (p. 139, 140) em seu dicionário, já é possível delinearem-se idéias do que significaria uma língua “autossuficiente”, ou seja, uma língua que não se valesse em nenhum momento de termos de outro idioma, quer por empréstimos, quer através do uso de estrangeirismos, se assim fosse necessário. De acordo com o que já foi demonstrado no primeiro capítulo do presente trabalho, a história externa da língua portuguesa evidencia que, desde o latim até os dias de hoje, o português recebe influências lingüísticas positivas e negativas. Por sua vez, a história interna, que apresenta a herança lingüística transmitida de geração em geração através do tempo, mostra que seus herdeiros já

recebem com modificações sofridas ao longo da história, sejam elas fonéticas, mórficas, sintáticas, lexicais, semânticas ou gramaticais.

Até mesmo dentro de uma mesma língua encontram-se diferentes denominações para um mesmo objeto. Isso ocorre em diferentes regiões de um mesmo país, no caso, o Brasil. Tomem-se como exemplo: os vocábulos: *mandioca*, *aipim* e *macaxeira* referentes a uma mesma raiz; *batata baroa* e *mandioquinha* para um mesmo tubérculo; *abóbora* e *jerimum* para um mesmo fruto.

Semanticamente falando, a palavra *pão*, em seu sentido denotativo, refere-se a um tipo de alimento e em sentido conotativo pode referir-se ao sustento da casa (ex.: ganhar o *pão* de cada dia) e em linguagem eclesiástica, a hóstia.

Seriam inúmeros os exemplos a serem citados, mas através destes tem-se uma idéia ampliada do que seja evolução de uma língua. Segundo Camara Jr., as mudanças lingüísticas, quer sejam por empréstimos, quer por adoção de elementos de uma outra língua recebem o nome de evolução que é “permanente e inevitável” (p.139). Mais adiante, o mesmo autor diz que “muitas lingüísticas rejeitam ou pelo menos evitam o termo, porque na língua não há a rigor um crescimento, mas apenas mudanças e, muito menos, a marcha para a plenitude.” Entretanto, ele completa “Apesar de tudo, o caráter paulatino e gradual das mudanças, num encadeamento estreito, é inegável para muitas mudanças na língua e por isso o uso do termo se justifica, despojada em lingüística a sua significação da noção de crescimento ou progresso.”

Diante do que foi exposto até o momento, é possível fazer uma analogia entre termos aportuguesados, empréstimos e adoções de palavras do português do Brasil presentes em outras línguas e vice-versa.

Exemplos bem conhecidos de aportuguesamentos são: *beef* (ing.) que, por semelhança tornou-se *bife*; *beefsteak*, que também por semelhança tornou-se *bisteca*; *folklore* (ing.): *folclore*; *for all* (ing.): *fórró* (que também é uma redução de *forrobodó*); *edredon* (fr.) *edredom*; *enveloppe* (fr.): *envelope*.

Ainda que em menor escala, existe também em outros idiomas a adoção de palavras brasileiras, muitas vezes sem tradução. Tome-se como exemplos os seguintes vocábulos adotados pelo idioma inglês, retirados do Cambridge Dictionary of American English:

banana: uma fruta longa e curvada, com uma casca comumente amarela e macia, carnuda em seu interior (p.62)

O mesmo dicionário, na mesma página, apresenta a palavra *banana* no plural *bananas* sendo um adjetivo semanticamente explicado como informal, ou seja, uma gíria:

banana: um estado de grande excitação devido a prazer, raiva ou outra emoção. "She'll go *bananas* when you tell her the news".

Neste ponto, a língua portuguesa depara-se com a palavra *banana* somente descrita, mas sem tradução literal em inglês. No segundo exemplo, a palavra utilizada no plural serve para descrever um estado emocional. Para exemplificar, o dicionário fornece um período que traduzido fica: Ela ficará *excitada* quando vocês lhe contarem as novidades.

Logicamente o termo *bananas* não foi propriamente traduzido e, sim adaptado segundo significado no contexto do período. No Brasil, a palavra *banana*, além de dar nome a uma fruta, também tem conotação pejorativa quando se torna um adjetivo que descreve alguém fraco, sem iniciativa: Ele não participou da competição, pois é um *banana*.

Outro exemplo encontrado no mesmo dicionário (p.754) é *samba*.

samba: um estilo rítmico de dança do Brasil, ou música para essa dança. "Fans jumped up and danced the *samba*. (Fãs levantaram-se de repente e dançaram o *samba*.)

Samba, assim como banana, não possui tradução literal em inglês. (CAMBRIDGE DICTIONARY OF AMERICAN ENGLISH, 2000)

Outros estrangeirismos, empréstimos e adoções originários do português, certamente, devem existir não só na língua inglesa mas também em outros idiomas, porém, repetindo, em menor escala. Há que se notar que, especificamente nos exemplos citados, que a língua portuguesa procura aporuguesar, não só a pronúncia como também a grafia de seus estrangeirismos e empréstimos, de modo que os mesmos se adéquem á articulação do brasileiro. O mesmo, porém, não aconteceu com *banana* e *samba* dos quais a língua inglesa conservou a grafia e aos quais a mesma conferiu seu sotaque.

O Brasil, não se sabe se feliz ou infelizmente, é um país onde imitar usos e costumes estrangeiros – notadamente os de origem norte-americana – já é parte da própria cultura e esse tipo de influência, há muito, já está inserida no cotidiano do brasileiro.

Na década de 50, o advento do “rock and roll” tomou conta não só dos meios musicais como também da linguagem falada e escrita de seus admiradores. Esse ritmo trouxe novos termos norte-americanos à língua portuguesa, causando na época, tanta polêmica quanto causam, hoje em dia, os estrangeirismos da informática e o internetês, por exemplo. Faziam parte desse novo vocabulário, palavras como: *hi-fi*, redução de *high fidelity*: alta-fidelidade; *playboy* ou *play boy*: farrista, boêmio; *hit parade*: parada de sucessos. Nas décadas de 60 e 70, vieram as expressões *blue jeans* e depois somente *jeans*, que praticamente não tem mais a tradução que possuía quando o tecido servia apenas para a confecção de calças. Nessa época, essa vestimenta tinha o nome de *calça – rancheiro*, atual calça *jeans* e esse último termo, portanto, já está definitivamente incorporado ao vocabulário português como tantos outros. Dessas mesmas décadas, têm-se: *Office boy*: mensageiro, também sem tradução e já incorporado; *hippie*: indivíduo contrário a regras pré-estabelecidas e que, por isso, preferia viver numa sociedade alternativa; *baby-doll*: tipo de *lingerie* (outro estrangeirismo) feminina usada para dormir; *baby-sitter*: ama; *bacon*: toucinho defumado; *best-seller*: êxito de vendas, *surf*, aporuguesado: *surfe*; *surfista*: quem pratica o surfe.

Sem contar que a partir dos meados da década de 70, o vocabulário dos restaurantes, bares e afins tornaram-se totalmente americanizados. Os nomes dos lanches originários, em sua maioria, da América do Norte constavam escritos em inglês nos cardápios. Exs.: *cheese burger*, *cheese egg bacon*; *cheese salada*; *batatas chips*; *banana split*, *ice_cream*; *ice-cream soda*; *hot-dog*. Note-se que alguns nomes são uma mistura de inglês com português. Pior aconteceu quando alguns ignorantes, tanto em português quanto em inglês, descobriram o “genitive case”, ou caso possessivo, em que se usa um apóstrofo seguido de um “s” (quando for o caso) para indicar posse ou propriedade. Assim, as lanchonetes adotaram nomes como: “Chapisco’s Hamburger” (antiga e uma das primeiras lanchonetes da Zona Leste de São Paulo na década de 70 a utilizar esse estrangeirismo), Pilequinho’s Bar (na mesma região). Nesses mesmos estabelecimentos, os cardápios começaram a apresentar seus lanches com os seguintes nomes - supostamente aportuguesados ¹: *X - salada*, *X - egui*, *X- burger*, etc. Estes últimos exemplos, realmente, representam não só descaracterização do português como também do inglês, pois são, na verdade, uma mistura de nada com coisa nenhuma. Desde a citada época até agora, o uso do “caso possessivo” vem sendo utilizado indiscriminadamente para dar nomes a outros estabelecimentos comerciais como: salões de cabeleireiros, lojas de moda, mercados, padarias, etc. Seguindo esse verdadeiro festival de estrangeirismos, vieram os *shopping centers*, os *pubs*, os *American bars*, a *happy hour*, o *fast food*, etc. E toda essa avalanche de influências estrangeiras permanece até os dias atuais, já no século XXI, não só na língua portuguesa como também em outras esferas da sociedade e da cultura do Brasil, ou quem sabe, essas influências tenham tido início nessas outras esferas antes que na língua.

Evidente que a língua oficial de um país é a forma principal de comunicação de seus habitantes e também o cartão de visitas do povo que se expressa por meio dela. Entretanto, é questionável se um país que aceita estrangeirismos em seu falar e escrever, perde sua identidade, apenas e tão somente, por esse motivo. Quando esse fenômeno linguístico começa a ocorrer de maneira exagerada em uma língua, é sinal de que outros fatores descaracterizantes já haviam chegado primeiro à cultura do país que tem esse idioma como oficial. Portanto, não há como protestar depois

que influências dessa natureza já são permitidas há tempos. O que resta é achar o equilíbrio entre o permitido, o aceitável e o evitável, visto que torna-se difícil o proibido nessa altura dos fatos.

1- aportuguesados

Neste ponto, é conveniente que se abra um espaço para fazer algumas referências ao neocolonialismo, naturalmente sem alongar-se em demasia, mas com o objetivo de refletir até que ponto esse processo histórico faz com que o estrangeirismo torne-se presente na língua oficial de uma nação.

Primeiramente, um conceito do que é neocolonialismo, passando por alguns dados históricos.

“Neocolonialismo é o processo de denominação política e econômica estabelecido pelas potências capitalistas emergentes ao longo do século XIX e início do século XX, que, culmina com a partilha da África e da Ásia, (colonização da África e da Ásia). A disputa por novos mercados envolve Reino Unido, França e Bélgica, primeiras potências industrializadas; Alemanha e Estados Unidos, que conhecem o apogeu industrial e econômico a partir de 1970; e Itália, Rússia e Japão, que ingressavam na via da industrialização.”

Em outro tópico, o mesmo texto diz:

“Um dos grandes problemas do neocolonialismo é a forma como se deu a “partilha” dos territórios africanos, por exemplo. Ao dividir os territórios, os países invasores não levaram em consideração as diferenças culturais do continente, o que fez com que tribos rivais ficassem numa região, agravando ainda mais as guerras civis africanas”.

A mesma publicação ainda diz:

“Comparando ao colonialismo do século XVI, o neocolonialismo ou imperialismo do século XIX consistia numa forma diferente de denominação. No colonialismo, o objetivo era descobrir novas terras, já no neocolonialismo o foco era explorar as terras descobertas. O objetivo da política neocolonialista era repartir o

mundo entre as grandes potências capitalistas, ampliando e integrando os mercados mundiais.”(WIKIPEDIA, 2010)

Lendo os fragmentos acima, é possível traçar uma analogia entre o neocolonialismo do século XIX e tudo que houve no Brasil quando da chegada dos portugueses. Nem estes nem outros povos que posteriormente vieram com a finalidade, sempre, de usufruir e até apoderar-se das riquezas brasileiras respeitaram a cultura e a civilização já existentes no Brasil. Os portugueses tinham como meta o descobrimento e os outros povos objetivavam a exploração. Entretanto, no início, com os indígenas, tudo era obscuro para um povo que nada sabia a respeito daqueles que ali chegavam e que, aos poucos, foram tomando conta de tudo e de todos. Depois, vieram os jesuítas para catequizar os índios, os quais já professavam seus próprios valores religiosos.

Como foi mencionado no início do desenvolvimento deste trabalho, o idioma português foi se estabelecendo e se mesclando à língua geral – o tupi – e, posteriormente, o africano incorporou-se aos dois. Já era, nesse tempo, um início de aculturação e, como querem alguns puristas, de descaracterização linguística, só que, nesse caso, do tupi primeiramente. A verdade é que, no momento no qual se manipulam valores culturais de um povo, outros valores passam fatalmente a se enfraquecer e com a língua, não é diferente.

Há requisitos importantes para que uma língua pátria seja valorizada, respeitada, difundida entre seus próprios usuários e devidamente utilizada em seu país. Esses requisitos devem estar presentes no dia-a-dia, quer na linguagem falada ou escrita; nos diversos meios de comunicação oral, auditiva ou virtual. Pode parecer pieguice, mas um dos principais requisitos, se não o principal, para a verdadeira valorização de uma língua é o patriotismo. Não a patriotada, que não passa de alarde sem conteúdo ou consistência, e sim o patriotismo que todo nativo traz dentro de si desde sua existência, mas que, com o tempo, se não for incentivado e enaltecido, acaba caindo no esquecimento e sufocado por influências estrangeiras, muitas vezes inúteis. O patrioteiro alardeia patriotismo, contudo não o pratica de fato. Geralmente, esse indivíduo toma atitudes radicais e demagógicas, longe do bom senso e do

equilíbrio, apenas para impressionar e desviar atenção dos problemas mais graves existentes no país. Um bom exemplo disso são aqueles que, radicalmente, querem a proibição do estrangeirismo na língua portuguesa, sem atentar à lei maior que rege a vida dos brasileiros – a Constituição do Brasil. Em seu artigo 5º, a Carta Magna afirma: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.”

Na contramão deste princípio constitucional está um projeto de lei do deputado federal Aldo Rebelo, filiado ao PC do B de São Paulo. Em seu projeto 1676/99 aprovado em março de 2001 na Câmara dos Deputados, Rebelo diz querer promover e defender a língua portuguesa restringindo o uso de palavras estrangeiras e obrigando o uso do português por brasileiros natos e naturalizados e pelos estrangeiros residentes no Brasil há mais de um ano. O projeto do deputado rege: o ensino e aprendizado; o trabalho; as relações jurídicas; a expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica oficial e nos eventos públicos nacionais; os meios de comunicação de massa e a publicidade de bens, produtos e serviços. Após sua aprovação na Câmara, o projeto seguiu para o Senado e se lá fosse aprovado teria um ano para sua regulamentação.

Mais adiante, porém, o mesmo deputado, em seu texto “Culta, bela e Ultrajada” diz que um projeto em defesa da língua portuguesa “...trata com generosidade às exceções e ainda abre à regulamentação a possibilidade de novas, situações excepcionais.” Aldo Rebelo ainda completa dizendo que a intenção é “...conscientizar a nação de que é preciso agir em prol da língua pátria, mas sem xenofobia ou intolerância de nenhuma espécie. É preciso agir com espírito de abertura e criatividade para enfrentar - com conhecimento, sensibilidade e altivez – a inevitável, e claro indesejável, interpenetração cultural que marca o nosso tempo globalizante.” (COMCIENCIA, 2010)

Observa-se que o próprio autor do projeto suaviza a proposta em seu texto de apresentação admitindo que, com a globalização, a influência, cultural estrangeira é indesejável, porém inevitável. Realmente, a globalização fez com que os

estrangeirismos e empréstimos lingüísticos interpenetrassem na língua portuguesa com muito mais força, mas como coibir tudo isso agora que, em todos os setores nos quais o deputado Rebelo quer que seu projeto intervenha, já são utilizados esses fenômenos?

Sem dúvida, toda essa polêmica em torno do estrangeirismo ainda vai gerar muita discussão entre os que são contra, os que são a favor e aqueles que têm posição moderada. Como todo debate salutar é importante, a lei do deputado federal Aldo Rebelo pode, pelo menos, servir para a abertura de novos caminhos capazes de atingir o bom senso e o equilíbrio entre os estudiosos da língua portuguesa.

3 EXEMPLOS DE ESTRANGEIRISMOS NA INFORMÁTICA

Uma pesquisa que trata do estrangeirismo, com ênfase nos anglicismos, não poderia deixar de dedicar um capítulo sobre estrangeirismos na informática.

Desde o seu surgimento até os dias atuais, o meio informático vem desenvolvendo um vocabulário próprio com termos e expressões do idioma inglês na sua totalidade. A informática, por esse motivo, é tida por muitos linguistas e outros estudiosos do português como um dos fatores que mais descaracterizam a língua pátria. Alguns se defendem alegando que os termos estrangeiros ficam restritos à linguagem informática, mas já se observam alguns termos adentrando à linguagem cotidiana. Ilustrando essas considerações iniciais adaptou-se um resumo retirado de uma publicação de Jussara P. Simões, tradutora, internauta em São Paulo, participante do fórum de debates do MNDLP (Movimento Nacional em defesa da Língua Portuguesa).

“Informatiquês - Vamos, agora, ao “informatiquês”, que é outro campo cercado de ocultismo (Estaremos voltando à Idade Média?). A maioria dos conceitos da informática são novos, pois são invenções recentes. O que fizeram os principais inventores dessa área do saber? Apesar de terem criado objetos e conceitos novos, recorreram às palavras velhas de guerra, que já designavam outras coisas comuns na vida cotidiana. Por analogia com esses objetos e conceitos comuns, os inventores usam essas palavras comuns.

Quando chegam ao Brasil e a alguns outros países colonizados, a falta de conhecimentos da língua e da cultura, tanto de origem quanto de destino, leva nossos tecnocratas a manterem as palavras em inglês porque elas, exatamente por estarem na língua dos “patrões”, alcançam o “status” de totens, de ídolos, de ícones do louro

deus estrangeiro. Não obstante, no país de origem, no Olimpo estrangeiro sonhando pelos súditos tupiniquins, essas palavras nada tem de místicas e, na verdade, o fato de serem palavras comuns ajuda muito os comuns dos mortais entenderem seus conceitos e definições.

Faço, então, mais uma pergunta: o que os plebeus mortais dos países de língua inglesa têm que nós não temos? Por que eles têm o direito de entender os conceitos dessas novas invenções imediatamente e nós não temos?

Vejamos alguns exemplos:

Volto a bater na tecla do *mouse*. É a mais pura ignorância que leva os brasileiros a cultuarem o deus *mouse*, pois os inventores do objeto o acharam parecido com um camundongo e lhe deram esse nome devido à semelhança com o bichinho.

É cinzento e rabudo – bem, era, pois agora fabricam ratinhos de todas as cores. Só isso. As outras línguas do mundo traduziram o nome do objeto, deram-lhe o nome desse roedor. Qual é a mística da palavra *mouse* no Brasil para que se proíba os brasileiros de olhar para tal objeto e pensar num ratinho? Qualquer falante nativo da língua inglesa vai imaginar um ratinho, daqueles de desenho animado, ao olhar para esse objeto. Só os brasileiros precisam ficar dando tratos à bola e pronunciando uma palavra que analogicamente não lhes diz nada. Muitos brasileiros, por não conhecerem a pronúncia correta, pronunciam *musse*, o que os leva a indagar qual seria o motivo de darem nome de sobremesa a um objeto que não é macio nem doce!

O tapetinho que lhe serve de piso aqui manteve o nome esotérico *mouse pad* (*almofadinha* ou *tapetinho do rato*). Tantos são os brasileiros que não conseguem compreender esse nome que muitos, tentando dar-lhe sentido, já o chamam de *pé-de-máusi*, o que denota que não são burros, não são os retardados que os tecnocratas imaginam ao impor esses salamaleques à deusa platinada da língua inglesa. Os brasileiros têm imaginação riquíssima.

Antigamente, quando a informática ainda era assunto para “iniciados”, quando todos os programas ainda estavam em inglês, conheci muitos operadores de

computador que diziam *filé* quando se referiam a *file*. Por quê? Porque não sabiam falar inglês e essa é a nossa maneira de pronunciar as palavras na nossa língua. A letra I nunca teve o som AI em português. Nada mais natural que recorressem à analogia com uma palavra portuguesa para pronunciar a palavra alienígena. Mas isso foi antes da invasão anglófona.

Alguns anos depois, quando os brasileiros que foram aprender a nova tecnologia lá fora começaram a voltar para o Brasil, estudaram tanto a informática que não tiveram tempo de estudar inglês e, pior, tinham saído daqui sem saber português.

Voltaram como robzinhos, repetindo as palavras correspondentes aos conceitos da informática, sem saber que elas correspondiam a objetos corriqueiros na língua original. Comparo os brasileiros que repetem as palavras inglesas como papagaios aos índios que chamavam “espingarda” de “pau de fogo”, que consideravam santos (ou demônios) os brancos que chegaram com a pólvora, pois conseguiam fazer fogo sem esforço nenhum. Esses brasileiros parecem bugres, que foram ao “outro mundo” e voltaram deslumbrados com as palavras novas, mas não tiveram a curiosidade de aprender seus significados plebeus”.

Em outro trecho, Simões volta a falar sobre informática:

“Voltando à informática, pois me desviei um pouco nos dois parágrafos acima, começaram, então, a traduzir algumas coisas. Até hoje me pergunto por que *Keyboard* virou *teclado*, mas *mouse* continuou sendo *mouse*, pois nas outras línguas latinas o bichinho ganhou seu verdadeiro nome. Inclusive em Portugal, onde ele se chama *rato*. Por que essa mística do *mouse*?

Muitas palavras ganharam tradução, mas, por desconhecerem o significado, ou os diversos significados da palavra original, ganharam traduções confusas. Outras foram elevadas ao status de “mantras” sem significado algum : *firewall* (mera porta corta-fogo), *backbone* (simples espinha dorsal) etc.”

Simões continua dando exemplos de estrangeirismos na informática no seguinte fragmento:

“*Falsos cognatos* – Antes do advento dos computadores, tínhamos *directory* em inglês e *catálogo* ou *lista* em português. A palavra *directory* era usada em português para designar *comissão diretora*, isto é, não tinha relação com *lista* ou *catálogo* (alguém se lembra dos diretórios acadêmicos?). A turma da informática chegou dos “Estêites” repetindo a palavra *directory* e, por semelhança com a palavra *diretório*, nem quiseram abrir o dicionário para constatar que se tratava de falso cognato. Os brasileiros passaram anos a fio chamando *directory* de *diretório*, sem idéia do conceito original, que era simplesmente o de *lista* ou *catálogo*. Da coisas contidas no disco do computadores. E só pararam de usar a palavra porque os “patrões” lá de cima resolveram mudar o nome da coisa. Agora é *folder* e, miraculosamente, a tradução adotada está correta: *pasta*.

Dentro dessas pastas entram os papéis, os documentos, listagens, tudo aquilo que é arquivado dentro dela. O arquivo é, portanto, o conjunto de pastas. O disco do computador (seja interno ou externo) é, por analogia, o gabinete cheio de gavetas que contêm essas pastas, que, por sua vez, contêm os documentos (*files*) arquivados.

Em Portugal adotaram a analogia com os *ficheiros* (que aqui chamamos de *fichários*), mas, na minha opinião, usaram a palavra *ficheiro* para designar o objeto errado, porque *ficheiro* deveria ser a tradução de *folder* ou *directory*, e não de *file*; *files* seriam as *fichas* guardadas (*saved*) dentro dos *ficheiros*.

Hardware e *software* também foram pelo mesmo caminho. Antes da informática, *hardware store* era o que chamamos aqui de “loja de ferragens”. O termo *software* surgiu em informática para designar tudo o que não é *hardware*, isto é, *hardware* é objeto concreto e *software* é objeto abstrato. Só em informática, *hardware* são os equipamentos, as peças, os componentes, os discos e os disquetes; *software* são os programas e os conjuntos de programas que vêm em pacotes (DOS, MS, Windows, MS Office, etc.).

Assim como a palavra *key*, que tem uma infinidade de traduções e precisa de análise caso a caso para ser traduzida – dentre suas traduções figuram *chave*, *tecla*,

tom (musical) e muitas outras – as palavras *hardware* e *software* também têm inúmeras traduções em português, dependendo do contexto.

O que levou os brasileiros a venerarem essas palavras e decidirem que não têm tradução? A preguiça. A pura preguiça de procurar a palavra certa para cada caso. Exigir correspondência biunívoca entre dois idiomas é burrice, é empobrecê-los a ambos”. (NOVOMILENIO, 2010)

A razão de ter escolhido essa publicação como exemplo de estrangeirismo na informática é pelo fato de a autora Jussara P. Simões ser tradutora e internauta, além de uma ferrenha defensora da autonomia linguística do português. Apesar de seu radicalismo em alguns momentos, seu artigo serve como reflexão para que, se não for possível utilizar vocábulos portugueses em informática, pelo menos que os estrangeirismos sejam usados somente nessa área. Assim procedendo, quem sabe, as palavras estrangeiras presentes na área em questão não causem confusão como citou a autora em alguns trechos.

Antes de concluir este terceiro e último capítulo, é bom que se fale algo acerca da inclusão das consoantes w, y e k no alfabeto da língua portuguesa, a partir do Novo Acordo Ortográfico. Antes deste, essas três consoantes somente eram utilizadas em abreviaturas e estrangeirismos, bem como em nomes estrangeiros. Desde o novo acordo, elas passam a vigorar oficialmente no alfabeto português. Essa regra do acordo ortográfico veio a fim de consagrar o uso dessas consoantes, já comum na ortografia portuguesa, muito mais no Brasil do que em Portugal. (SILVA, 2008)

Essa é uma questão que está incomodando alguns puristas. Eles alegam que a incorporação oficial dessas três consoantes é uma porta aberta ao estrangeirismo. Contudo, diante de algo que já acontece antes das novas regras do novo acordo ortográfico, há muito pouco o que fazer.

O site www.digestivocultural.com informa em uma de suas publicações:

“Dados curiosos

Resolvi escrever sobre este tema por causa de um trabalho que fizemos para a faculdade sobre empréstimos lingüísticos , trabalho no qual chegamos a alguns padrões interessantes sobre os empréstimos contemporâneos. A partir de um conjunto amostral de 50 palavras, identificamos que 90% delas são substantivos, como as palavras “jeans” e “paper”, e 10% são adjetivos, como “sexy” e “expert”. A predominância da língua inglesa, evidente no dia-a-dia dos falantes de português, também está refletida em nossa pesquisa, onde 88% das palavras são provenientes da língua de Shakespeare. A tecnologia é a área que mais incorporou termos estrangeiros modernos ao nosso léxico, sendo 42% da amostra composta por palavras que estão associadas à tecnologia.

Outro fato que chama a atenção nestas palavras incorporadas ao português é a grafia. Mais de 70% delas são escritas apenas com as 23 letras convencionais do alfabeto português, enquanto 16% das palavras são grafadas com “y”, 10% são grafadas com “k” e 6% são grafadas com “w”, letras já incorporadas ao dia-a-dia do brasileiro. Por curiosidade, notamos ainda que o corretor ortográfico automático do Word em Português (Brasil) reconhece 50% dos termos, enquanto na versão Português (Portugal) a apenas 8% dos termos são reconhecidos como do léxico, o que é apenas mais um sinal de como nossa cultura é mais aberta aos empréstimos lingüísticos do que a cultura portuguesa”. (PORTALSAOFRANCISCO,2010)

Com esses dados estatísticos é possível concluir que a proibição não é o meio mais eficaz de combater o estrangeirismo na língua portuguesa. Radicalismos por parte de qualquer setor da sociedade e da cultura nacional só fazem mais difícil o modo de lidar com esse tipo de influência linguística. Posicionamentos ponderados que levem à conscientização das pessoas são, de fato, mais eficientes. Isso pode e deve ser feito através da difusão de um bom ensino do português partindo da educação fundamental. Desde aí, há que haver consciência de que a prioridade e a preferência por vocábulos portugueses não deve ser uma questão somente baseada numa lei, mas, sim, uma questão de soberania e verdadeiro patriotismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito se fala sobre a invasão linguística estrangeira na língua portuguesa, especialmente sobre os estrangeirismos advindos do inglês dos Estados Unidos. Uns atribuem esse fenômeno ao imperialismo econômico ou neocolonialismo; outros culpam a tecnologia, sobretudo a informática com o seu vocabulário próprio todo em inglês; alguns dizem que a globalização fomentou a adoção de estrangeirismos pelo português. Entretanto, pensa-se que o fator mais desencadeante da utilização de vocábulos estrangeiros na língua portuguesa é a alta receptividade dos brasileiros a tudo o que vem de fora, principalmente aos usos e costumes norte-americanos. Muitas vezes, as pessoas adotam certos termos sem saber bem o que e por que os estão utilizando. De repente, uma determinada palavra entra no vocabulário português simplesmente por modismos e a falta de conhecimento da própria língua faz com que isso ocorra. O brasileiro sequer toma a iniciativa de consultar o vocabulário ortográfico ou dicionário para ter acesso a termos nacionais que possam prevalecer sobre os estrangeirismos. Alegam essas pessoas que tais publicações são muito caras, e realmente são. Mas pode-se consultá-las em uma biblioteca e através da internet que dispõe de recursos tanto para esse tipo de consulta, bem como para tradução, caso haja interesse em saber o significado ou a equivalência de qualquer termo estrangeiro em português. Se agissem assim, todos teriam mais consciência de que enriquecendo o vocabulário com novas palavras portuguesas, menos necessitarão utilizar-se de termos estrangeiros, sem critério algum como o fazem.

Sabem-se que, geralmente, os povos dominados recebem empréstimos linguísticos dos povos dominantes e o brasileiro deixa-se dominar facilmente por

outras culturas. Porém, no Brasil, a língua geral – o tupi – à sua época, recebeu estrangeirismos do português de Portugal que, por sua vez também adotou tupinismos e recebeu vocábulos do idioma africanos com a vinda dos escravos. Portanto, não há na pátria brasileira a língua pura que muitos apregoam. Há sim uma língua oficial rica. Assim sendo, a postura mais recomendável aos defensores da língua portuguesa é para que enxerguem o estrangeirismo como um recurso importante a fim de que este não se torne um inimigo do português. Para isso, é imprescindível, além das instituições de ensino, que os meios de comunicação em geral tenham critério quanto ao uso de estrangeirismos.

Com isso, espera-se que esta pesquisa possa contribuir para a conscientização proposta e que novos estudos a respeito de estrangeirismo sejam permanentemente realizados, pois a língua, com ou sem esse fenômeno linguístico, é um instrumento vivo e dinâmico, em constante evolução e, principalmente é parte do patrimônio histórico do país.

REFERÊNCIAS

A. ARRUDA, José Jobson, PILETTI, Nelson. **Toda a História**. COTRIM, Gilberto. **História Global – Brasil e Geral**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/neocolonialismo>. Acessado em 19.03.2010 às 11:01.

CAMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso, **Dicionário de Linguística e Gramática**, referente à Língua Portuguesa. 26ª. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

Cambridge Dictionary of American English. Cambridge University Press, United States of America, 2000.

GALVES, Charlotte, GARMES, H. e ROSA RIBEIRO, Fernando, **África-Brasil: Caminhos da língua portuguesa**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

LAROUSE Cultural: **Grande dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

NOGUEIRA, Sérgio. **Art2.htm**. Fonte: Jornal do Brasil. Disponível: <http://www.portugues.com.br>. Acessado em 19.03.2010 às 12:01.

PINHEIRO MONTÀLVÃO JR, Arnaldo, ANDRADE DE PAULA, Clélia. **Estrangeirismo: Essencial para nossa língua?**. Disponível em: <http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/619409>. Acessado em: 19.03.2010 às 13:20.

POSSENTI, Sírio., **Por que (não) ensinar gramática na escola.** Campinas S.P.: Mercado das Letras, 1996. (Coleção Leituras do Brasil).

SILVA, Maurício., **O novo acordo ortográfico da língua portuguesa:** o que muda, o que não muda. São Paulo: Contexto, 2008.

SIMÕES, Jussara P. Movimento Nacional em Defesa da Língua Portuguesa. **Nosso idioma: Mitos e lendas dos estrangeirismos.** Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/idioma/20010627.htm>.

TEUSSIÉ, Paul, **História da Língua Portuguesa:** título original: Histoire de La langue portugaise. Tradução de Celso Cunha. 3ª ed. São Paulo. Martins Fontes, 2007.